

Políticas externa e nuclear da Índia entre 1947 e 1964

O trabalho analisa as políticas externa e nuclear da Índia no governo de Nehru (1947-1964). Neste período, Nehru assumiu uma política de não-alinhamento, que visava manter a Índia fora da bipolaridade típica do sistema internacional durante a Guerra Fria, e defendeu a diminuição da desigualdade entre as nações bem como a solução pacífica dos problemas mundiais. Sob o argumento de preservar a independência nacional e romper com o imperialismo, o líder indiano conduziu um programa de armas nucleares, de modo a garantir as condições para que, no futuro, o país alcançasse o status de grande potência.



This work analyzes India's foreign and nuclear policies during Nehru's government (1947-1964). In this period, Nehru assumed a non-alignment policy which intended to keep India out of the typical bipolarity of the international system during the Cold War period, and defended the decreasing of inequality between nations as well as the pacification of international conflicts. Arguing the necessity to preserve national independence and to break ties with imperialism, the Indian leader created a nuclear weapons programme, in order to guarantee that the country would achieve an international profile as a major future power.

Cláudio E. Ferreira: Professor de história do Colégio Militar do Rio de Janeiro e doutorando em Ciência Política na área de Estudos Estratégicos da UFF.

1 INTRODUÇÃO

Às 5h30min, em 16 de julho, de 1945, explodiu no deserto de Alamogordo, no Estado do Novo México, Estados Unidos, a primeira bomba atômica da história. O êxito foi completo e os Estados Unidos estavam prontos para lançar as outras duas bombas disponíveis sobre o Japão, o único país que ainda resistia à investida dos aliados na Segunda Guerra Mundial. É verdade que os japoneses vinham tentando negociar uma rendição através da sua embaixada em Moscou, desde o mês de abril, e que os norte-americanos dispunham desta informação, pois haviam decifrado o código diplomático japonês. Mas nem os soviéticos transmitiram essa disposição aos norte-americanos nem estes se dispuseram a iniciar qualquer negociação nesse sentido.

Os soviéticos pretendiam participar da invasão do Japão. Na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, havia sido acordado que, três meses após a rendição alemã, os soviéticos iniciariam uma ofensiva militar contra o Japão. A Declaração de Potsdam, de 26 de julho de 1945, exigia a rendição incondicional do Japão e era o grande obstáculo à sua rendição. O destino incerto do Imperador, figura sagrada para os japoneses, era o que impelia os militares japoneses a permanecerem na guerra, apesar de ela estar perdida. Diversas opiniões foram dadas ao presidente dos EUA, mas ele preferiu ouvir seu secretário de Estado, James Byrnes, que aconselhava a manter a exigência de rendição na perspectiva de que a bomba ficasse pronta e lançá-la. Entretanto o alvo visado não era o Japão e sim a União Soviética.¹

Nos dias 6 e 9 de agosto, respectivamente as cidades de Hiroshima e de Nagasaki foram devastadas pelo bombardeio atômico norte-americano. A rendição japonesa não aconteceu e negociações secretas e rápidas foram feitas, os termos da Declaração de Potsdam foram alterados e o Imperador foi man-

tido no trono. Isto foi feito a tempo de impedir o início da ofensiva soviética sobre o arquipélago do Japão.²

A bomba atômica havia alterado a dinâmica das relações internacionais. O enorme poder militar e econômico alcançado pelos Estados Unidos, ao final da Segunda Guerra Mundial, tornou o sistema internacional no imediato pós-guerra virtualmente unipolar. No dia 20 de agosto de 1945, Stalin, através do Comitê de Defesa do Estado, nomeou um comitê especial, presidido por Lavrentii Beria, chefe da NKVD (a temida polícia política secreta do estado soviético), para dirigir todo o trabalho sobre a utilização da energia intra-atômica do urânio. Em 29 de agosto de 1949, a União Soviética quebrou o monopólio nuclear norte-americano, e deu início a uma corrida nuclear que produziu um arsenal capaz de destruir a vida humana no planeta. As demais potências buscaram nos anos seguintes à guerra construir seus próprios arsenais. Em 1947, a Inglaterra iniciou seu programa nuclear. Mao Tse-tung, que havia dito, em 1946, que a bomba atômica era um *paper tiger*, levou a China, em 1958, a sérios atritos com a União Soviética quando esta não quis lhe fornecer a tecnologia para produzi-la. Os arsenais nucleares e a capacidade de produzir a bomba passaram a determinar o *status* das potências no sistema internacional.

Durante as negociações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a Índia ainda era uma colônia britânica, mas vinha desenvolvendo a luta pela independência, alcançada em agosto de 1947. No mesmo ano, a Doutrina Truman anunciava a Guerra Fria e o sistema internacional tornava-se bipolar.

O artigo discute como a Índia recém independente, através da liderança do seu primeiro ministro, Jawaharlal Nehru, se inseriu nesse contexto, mantendo-se fora da opção bipolar e procurando conduzir uma política externa – não-alinhada – que visava garantir as condições para que no futuro alcançasse o

status de grande potência. Durante os anos em que esteve à frente do governo indiano, Nehru assumiu uma política que defendia a solução pacífica dos problemas internacionais, o fim do imperialismo e das políticas raciais, a diminuição das desigualdades entre as nações e a eliminação das armas nucleares. Porém, a fim de dotar a Índia de uma infra-estrutura energética que possibilitasse desenvolver uma economia em bases industriais e assim superar o atraso em relação ao Ocidente, Nehru definiu uma política nuclear que manteve um caráter ambíguo. A ambigüidade caracterizava-se por defender o caráter pacífico do programa nuclear indiano, mas ao mesmo tempo procurar manter aberta a opção militar, caso o governo decidisse. Em diversas vezes, Nehru deixou claro que tinha plena consciência do que significava a posse de armas nucleares e o que isso representava para o país dentro do sistema internacional.

Este trabalho está organizado em duas partes principais. A primeira delas trata da grande estratégia de Nehru para tornar a Índia uma grande potência. Discutimos as dificuldades enfrentadas pelo governo indiano para a consolidação política do novo Estado e as questões relativas à possibilidade de fragmentação do território, ameaçado especialmente pela atuação da Inglaterra. Nessa ocasião, já ficava claro que Nehru e a elite indiana colocavam os interesses do país acima de qualquer perspectiva idealista e que o uso da força militar era uma alternativa a ser utilizada se a segurança e os interesses da Índia estivessem em jogo. Analisamos as bases da política externa indiana e seus objetivos bem como os atritos com os Estados Unidos, que viam na ação indiana um obstáculo à sua hegemonia e que por esta razão fizeram um acordo militar com o Paquistão. As relações políticas com a União Soviética e com a China também são objeto de análise. Ao fim dessa parte, enfocamos a estratégia de Nehru para sedimentar os objetivos de longo prazo da Índia, ou seja, a prioridade dada ao desen-

volvimento científico, industrial e tecnológico, com ênfase para o programa nuclear, como o caminho para promover o desenvolvimento e o fortalecimento do país.

A segunda parte do trabalho examina a evolução do programa nuclear indiano. De que forma, desde antes da independência política, já havia, no seio da elite dirigente, a percepção da importância do que o domínio do átomo representava para a soberania e a independência da Índia. Nessa análise, ressaltamos a determinação do governo de Nehru em não permitir que seu programa fosse conduzido de modo que pudesse restabelecer qualquer forma de relação que lembrasse os tempos do colonialismo. Nesse sentido, a habilidade diplomática indiana foi fundamental para preservar as condições que deixaram aberta a opção militar para o desenvolvimento de um programa, se assim o governo decidisse, de armas nucleares. O governo indiano soube aproveitar as oportunidades da conjuntura internacional, dos anos 1950, e implantar uma infra-estrutura nuclear que lhe possibilitasse, no futuro, desenvolver a opção militar. É importante destacar que, quando aumentaram as pressões internacionais para restringir a proliferação nuclear, a partir principalmente da detonação chinesa, em 1964, a Índia já dispunha da infra-estrutura industrial básica para desenvolver a opção militar. Analisamos, ainda, a evolução do programa nuclear em seus aspectos civis ou pacíficos; os planos para capacitação e treinamento de cientistas e técnicos; as metas de produção de energia nuclear para geração de energia elétrica; as opções feitas pelo governo e seus resultados; as dificuldades encontradas para execução dos planos e a importantíssima cooperação internacional, especialmente com o Canadá.

Ao final do trabalho, fazemos uma avaliação, à luz das nossas pesquisas, do significado da política externa indiana, do seu programa nuclear. Analisamos o significado da política de não-alinhamento e como a condução desta política criou con-

dições para a Índia alcançar o objetivo de vir a se tornar uma grande potência.

2 A ESTRATÉGIA DE NEHRU PARA TORNAR A ÍNDIA UMA GRANDE POTÊNCIA

2.1 A consolidação do Estado

Um problema comum à maior parte dos países que se libertaram do domínio colonial europeu era o de definir seu território e suas instituições políticas. As dificuldades apresentadas para a Índia resultavam tanto da sua estrutura social, como da herança imperialista. A consolidação política do novo Estado tinha de lidar tanto com os interesses das potências externas como com suas implicações para a política externa.

A independência da Índia ocorreu de modo paralelo à Partição. Esta não incluiu os 562 Estados principescos que estavam sob governo indireto dos britânicos. Por meio da persuasão e de negociações pacíficas, todos – menos três Estados – assinaram o Instrumento de Acesso, o que criou uma série de dificuldades e de desconfianças entre a Índia e os britânicos. Os Estados resistentes à integração eram Junagadh, Jammu/Caxemira e Hyderabad. Inicialmente, a posição do Partido do Congresso era que a decisão cabia ao povo e não aos príncipes.

Em Junagadh, uma revolta da população contra o príncipe (que fugiu para o Paquistão) promoveu a união com a Índia. Em Hyderabad, um Estado majoritariamente hindu, havia um príncipe (*Nizam*) muçulmano que acreditava em uma incapacidade militar indiana e, em sua visão de independência, foi encorajado principalmente pelos britânicos e pelo Paquistão. A posição de parte da imprensa britânica era anti Índia. Elementos fanáticos, que controlavam a administração do Estado, aterrorizavam a população e, em conluio com o Paquistão, faziam incursões à Índia e atacavam trens indianos que atra-

vessavam o território. Por fim, Índia ordenou a seu Exército a marchar sobre a região. Com o apoio da maioria da população (que era hostil ao príncipe absolutista), as tropas rapidamente controlaram o Estado.

Na Caxemira, havia elementos potencialmente explosivos: uma população de maioria muçulmana, um governante hindu e um movimento radical pela democracia que possuía forte ligação com Nehru e com o Partido do Congresso. Quando o Paquistão percebeu que o resultado lhe seria desfavorável decidiu invadir a Caxemira. O *Maharaja* pediu auxílio à Índia que condicionou a ajuda à aceitação da soberania indiana. Mediante a assinatura pelo *Maharaja* do Instrumento de Acesso, a Índia ordenou seu Exército a intervir e desocupar a região. Com suporte de forças populares, o Exército indiano recuperou a maior parte do território. Contudo, antes que a ação militar terminasse, Nehru foi à ONU para acusar formalmente o Paquistão pela agressão. Consistente com seu passado de hostilidade ao nacionalismo hindu, o Reino Unido favoreceu o Paquistão, no que foi seguido pelos Estados Unidos. A União Soviética, que considerava a Índia como “lacaio” do imperialismo britânico,³ não lhe deu apoio. Não obstante sua vantagem militar, a Índia aceitou uma resolução de cessar fogo (agosto de 1948), mas se recusou a ceder à pressão anglo-americana e impediu, pelo atraso e pela não cooperação, a imposição de soluções que poderiam colocar a integridade territorial da Índia em risco.

Nehru foi mais tarde muito criticado internamente, por ter ido à ONU e por oferecer um plebiscito. Porém, ao tomar conhecimento das condições para realizar o plebiscito (a retirada paquistanesa de Jammu e da Caxemira e a restauração da autoridade administrativa de Srinagar), que nunca aconteceria, Nehru recuou em relação ao plebiscito e, sob o argumento de que havia uma Assembléia Constituinte eleita e que esta havia votado pelo acesso à Índia, reconheceu esta decisão como

um substituto ao plebiscito. Mais tarde, a Caxemira participou de eleições gerais na Índia, e, desse modo, tornou irrelevante a questão do plebiscito. A Índia nunca aceitou a teoria das duas nações: hindu e muçulmana.

Em 1949, a Assembléia Constituinte concluiu seus trabalhos e apresentou a nova Constituição do país. Suas características essenciais eram: soberania do povo, governo civil com sistema parlamentar, estrutura federal com considerável autonomia dos estados e rejeição de estado confessional ou sectário. A opção deste modelo contrariava os pressupostos da teoria democrática e expressava a profunda fé da liderança indiana na capacidade do povo de eleger seus representantes. Esta teoria pressupunha que uma população letrada e rica seria um pré-requisito para o funcionamento de um sistema democrático, mas a maioria da população indiana, à época, constituía-se de analfabetos, vivendo em duríssimas condições de vida.

Em relação à delicada questão das diversas etnias presentes na sociedade indiana, a posição do Partido do Congresso foi optar por uma política de acomodação étnica no lugar da assimilação ou da exclusão. A multipolar distribuição das etnias evitou o problema da dominação de um grupo sobre o outro, típico de uma distribuição bipolar, e a política de acomodação condicionou o acesso ao poder a uma barganha política ou a uma coalizão.

2.2 A política externa: 1947-1954

Há um consenso em considerar Nehru o mentor da política externa indiana e, nesse aspecto, Gandhi como seu discípulo. Apesar de não fazer justiça ao alcance e conteúdo da sua política, da sua sofisticação intelectual e das suas implicações amplas, a política externa de Nehru é comumente identificada com uma simples expressão, o não-alinhamento. Para Nehru:

Como todas essas forças do mal como fascismo, colonialismo, política racial ou bomba nuclear e agressão e supressão são relaci-

onadas, nos posicionamos enfática e inequivocamente contra elas...
Nós somos neutros apenas em relação à Guerra Fria com seus pac-
tos militares. ⁴

A Índia pretende ficar fora dos dois blocos de poder e decidir que política seguir, nas questões mundiais, tomando como base prioritariamente o interesse nacional e, em seguida, os méritos da questão. Depois de décadas de lutas contra o colonialismo, a Índia não demonstrava a menor intenção de transferir sua condução para uma superpotência líder de um dos blocos. Este é o mais fundamental aspecto da política externa de Nehru:

Toda Nação coloca primeiro seus próprios interesses no desenvolvimento de sua política internacional. Felizmente, os interesses da Índia coincidem com a política externa de paz e de cooperação com todas as nações progressistas. Inevitavelmente, a Índia aproximarse-á dos países que são amigáveis e cooperativos com ela. ⁵

Entre 1945 e 1947, o sistema internacional era essencialmente unipolar com a hegemonia dos Estados Unidos. Nessas circunstâncias foram lançadas as sementes do relacionamento altamente conflituoso entre os dois países, moldando-os como adversários por um longo tempo. A percepção norte-americana considerava este desafio inaceitável para um poder hegemônico que sucedia a hegemonia britânica.

Afirmar uma política externa independente significava criar implicitamente o escopo e o espaço para uma grande potência. Se não naquele momento, pelo menos no futuro, quando os meios permitissem a Índia agir e ser reconhecida como tal. Nehru estava ciente dos limites da Índia, mas acreditava que se tornar um satélite ou um membro subordinado de um bloco, sob uma superpotência, era perder sua própria independência. Para ele,

Em que consiste a independência? Ela consiste fundamental e basicamente de relações externas. Esse é o teste da independência. Tudo mais é autonomia local. Quando esse relacionamento sai de

suas mãos para a responsabilidade de outro alguém, nesse nível e nessa medida, você não é independente.⁶

Como sabemos, os objetivos da política externa indiana tinham suas raízes e seu ímpeto no movimento nacionalista que buscava a revitalização e a reconstrução da antiga civilização indiana para uma nova era moderna e independente. Por ter sido o movimento genuinamente de massa, a sua organização e a conquista de independência não foram fáceis. O movimento nacionalista indiano (como mais tarde o não-alinhamento) tornara-se um modelo para outros países da África e da Ásia. A condução do movimento era verdadeiramente nacionalista e para muitos dos seus líderes a prisão era um segundo lar. Nehru somou dez anos de cadeia, assim como muitos outros companheiros de lutas. O movimento pela independência não se identificava com nenhuma ideologia externa e tinha um rumo próprio, o interesse indiano. Era impensável para a liderança indiana que, após chegar ao poder em 1946-1947, deveria trocar a independência, conquistada no clímax de uma luta de mais de seis décadas, por uma nova subordinação a uma das superpotências.

A política externa da independência era uma manifestação e uma continuação do movimento nacionalista. O objetivo dessa política tinha sido colocado pelo movimento nacionalista. Entretanto este objetivo não poderia ter sido sustentável sem que houvesse alguma semelhança com os meios correspondentes.

À época da independência, a liderança indiana estava consciente do atraso industrial que não possibilitava o desenvolvimento dos meios militares necessários para o papel de grande potência, mas acreditava que em quinze anos seria possível uma transformação revolucionária. Esta liderança estava determinada a iniciar o processo de industrialização tão rápido quanto possível e via um considerável potencial na Índia. O tamanho do território e de sua população é de

fundamental importância para o *status* de grande potência e, combinado com uma industrialização capaz de fornecer as capacidades militares, tornaria possível à Índia entrar no grupo de grandes potências.

Nehru, ainda durante o governo interino, estava cômico do potencial do país e da sua relação para a condução da política externa. Contudo, como sustenta Prasad, a idéia de grande potência não estava apenas em Nehru. O Congresso sentira que fora a ausência da independência que privara a Índia de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Em 1948, Nehru que afirmava: “Nós somos potencialmente uma grande nação e uma grande potência.”⁷

Em 1954, dizia:

Deixando à parte esses três grandes países - os Estados Unidos da América, a União Soviética e a China - no momento, olhe para o mundo. Há muitos países avançados, altamente desenvolvidos. Mas se você olhar para o futuro, e se nada sair errado - guerras ou similares - o óbvio quarto país no mundo será a Índia.⁸

Com o objetivo de tornar a Índia uma grande potência, a determinação para proteger esta meta da subversão de forças internas e externas e o esforço para construir as capacidades para assegurá-la ao longo do caminho eram fundamentais para a grande estratégia de Nehru na arena mundial. Nesta perspectiva, a política externa independente emerge como o meio de uma nação débil,⁹ porém potencialmente forte, proteger o alcance do seu objetivo no futuro. Alinhar-se com uma superpotência significaria cortar e fechar o caminho para este objetivo. Assim, o escopo e o espaço para um futuro papel de grande potência, criado por uma política externa independente, aparecem não como uma consequência fortuita daquela política, mas como seu próprio objetivo.

Pode-se considerar que a política externa independente indiana estava fundamentada em modelos de pensamento e comportamento estabelecidos durante as lutas pela libertação co-

lonial. As posições políticas do Partido do Congresso sobre as questões mundiais eram caracterizadas pelo apoio às lutas nacionalistas contra o imperialismo na África e na Ásia, pela oposição ao nazifascismo, decorrente principalmente sua ideologia racista, e pela forte impressão causada com o desenvolvimento da União Soviética (os líderes do partido não ignoravam a repressão política neste país).

As posições do Partido do Congresso em política externa tinham suas raízes na experiência contra o imperialismo. Sua liderança não foi dissuadida, mesmo por forças políticas mais fortes, das suas posições. Estava muito influenciada pela vitória sobre o imperialismo, obtida sob condições nas quais faltavam capacidade material e meios de violência. Nesta época, era fácil ser convencido do potencial das idéias moverem massas e elites.

Como é notório, o ativismo global trouxe sérias consequências para a Índia. A excessiva atenção dada pela liderança indiana a estas iniciativas acarretou uma perigosa negligência com outras importantes tarefas da sua responsabilidade, incluindo aí, principalmente, as questões relativas à segurança nacional.

2.3 A mudança da política externa: 1954-1964

Em 1954, as pressões do sistema internacional e do subsistema regional forçaram a Índia a dedicar mais atenção às questões de segurança nacional. Até esta época, no subcontinente, podia-se considerar a Índia como uma potência satisfeita – *status quo power*.

A decisão dos Estados Unidos, em fevereiro de 1954, de lançar um maciço programa militar de ajuda ao Paquistão para modernizar e expandir suas Forças Armadas significou um importante desenvolvimento para a política internacional no subcontinente. Nesse caso, o vice-presidente Nixon teve um papel-chave na decisão norte-americana de definir um progra-

ma de ajuda militar ao Paquistão. A Índia era o objetivo específico de uma política norte-americana de contenção regional que considerava o Paquistão “como uma contrapartida ao confirmado neutralismo da Índia de Jawaharlal Nehru.”¹⁰ Nixon via a Índia como rival na influência sobre a Ásia e exigia uma firme conduta, pois “o começo de um passo positivo naquela direção seria fortalecer as nações mais amigas naquela órbita, a começar pelo Paquistão.”¹¹

Durante o processo de consolidação do território indiano, os Estados Unidos haviam pensado em usar o Paquistão para impedir um desequilíbrio de poder regional a favor da Índia. De modo geral, os norte-americanos viam a consolidação do país como uma ameaça de um novo Japão e começaram a cogitar sobre sua contenção. O conjunto das armas fornecidas para o Paquistão era mais apropriado para as planícies do subcontinente do que para as áreas montanhosas da China ou da União Soviética, que estavam fora do alcance destas armas.

Nehru percebia claramente este movimento e a decisão dos Estados Unidos em ajudar o Paquistão colocava para a Índia a questão da sua preparação militar. Determinado em não desviar capital destinado para os projetos de desenvolvimento econômico, Nehru tentou acalmar esta pressão pela diplomacia. No lugar de adquirir armamentos ou de fazer alianças militares, ele procurou estabelecer relações diplomáticas mais próximas com a União Soviética e a China, inaugurando um período de amizade com ambas. Em outras palavras: Nehru tentou criar um equilíbrio de poder, mas não por meios militares, e sim pela política.

Nehru sempre procurou manter uma abordagem amistosa com a União Soviética. Em 1955, a União Soviética deu pleno apoio à posição indiana na questão da Caxemira e desde 1956, usou ou ameaçou usar o poder de veto no Conselho de Segurança da ONU para impedir resoluções desfavoráveis à Índia nesta questão. A União Soviética tornou-se um apoio firme para

os indianos que se encontravam, até então, em uma posição muito difícil. Ambos colocaram-se contra o colonialismo e, na questão do domínio português em Goa, a União Soviética apoiou a Índia contra os Estados Unidos.

Em 1954, a China e a Índia assinaram um tratado no qual a Índia reconhecia os direitos chineses sobre o Tibete e concordaram que suas relações deviam ser regidas pelos princípios do *Panch Sheel*. Estes princípios eram: respeito mútuo pelas respectivas soberanias e integridades territoriais; não-agressão; não intervenção nos assuntos internos do outro; igualdade e benefício mútuo; coexistência pacífica. Em junho do mesmo ano, os primeiros ministros da China e da Índia concordaram que estes princípios deveriam ser aplicados em suas relações com os demais países da Ásia e de outros continentes. Inspirados nas cinco regras de conduta do Budismo, os princípios serviram de base para as discussões de Bandung, em 1955.

Em 1959, as relações entre China e Índia começaram a deteriorar quando houve uma grande revolta no Tibete e o Dalai Lama fugiu para a Índia com milhares de refugiados. Embora a Índia tenha concedido asilo ao líder tibetano, não permitiu a formação de um governo no exílio. Neste mesmo ano, assinou com os soviéticos um acordo militar para o envio de equipamentos e suprimentos para um programa de construção de estradas em áreas de fronteiras. Em 1960, começaram a chegar os primeiros carregamentos e teve início a construção de estradas em áreas disputadas com a China. Dois anos depois, União Soviética e Índia celebraram um acordo para construção, sob licença, de MIGs-21. A China não possuía um acordo similar.

Em 8 de setembro de 1962, o ataque chinês em Thagla Ridge foi interpretado pelo governo indiano como incidente menor. Nehru estava em Londres e após retornar à Índia foi para Colombo, em 12 de outubro. Uma semana mais tarde, tropas chinesas lançaram um ataque maciço em Arunachal Pradesh.

O comandante indiano retirou-se sem resistir e deixou a porta aberta aos chineses. Em 20 de outubro, ocorreu um ataque chinês no vale do Galwan, desencadeando pânico na Índia com a possibilidade de ocupação da planície do Assam.

Diante do avanço chinês, a Índia, humilhada, apelou à comunidade internacional por ajuda. Os Estados Unidos e as potências ocidentais rapidamente enviaram armas. Os Estados Unidos prometeram proteção aérea para as cidades indianas. Apesar de terem mostrado compreensão, os soviéticos nada puderam fazer, pois estavam envolvidos na crise dos mísseis e temiam que uma ajuda pudesse fraturar o bloco soviético. Após um avanço rápido e com muitas baixas nas forças indianas, os chineses declararam um cessar fogo unilateral, retirando-se para as fronteiras que consideravam originais.

Durante os anos 1950, a Índia havia destinado para a Defesa apenas 2% do PNB. Tal decisão foi tomada em bases racionais de modo que não comprometesse o desenvolvimento econômico de longo prazo, mas o preço pago foi enorme. O governo indiano negligenciou a segurança das suas fronteiras e, em seguida, não aceitou as conseqüências dessa negligência. Quando o erro foi percebido, era tarde demais. O despreparo militar indiano evidenciava-se em todos os níveis. Então as atitudes antimilitaristas de Nehru e do seu ministro da Defesa, Menon, tiveram graves conseqüências na preparação militar da Índia e na alta direção da guerra.¹²

Como mostra a citação, a questão dos reveses militares contra a China foi além do preparo militar para a abordagem conceitual da Índia em assuntos internacionais.

[...] esse mundo é cruel. Nós havíamos pensado em carregar a bandeira da paz a todos os lugares, e fomos traídos. A China nos traiu: o mundo nos traiu. Nossos esforços em seguir o caminho da paz se voltaram contra nós. Nós somos forçados a nos preparar para uma guerra defensiva, ainda que contra nossa vontade.¹³

A derrota foi uma dura lição. A reputação de liderança ficou seriamente comprometida para um país tão ambicioso, mas

incapaz de proteger suas fronteiras. Humilhação internacional e sentimento de traição acompanharam a decisão de Nehru de se preparar para a guerra. “Não há não-alinhamento face a face com a China; não há nenhum Panscheel face a face com a China; as preparações militares da Índia devem continuar.”¹⁴

Em resumo: o fornecimento norte-americano de armas ao Paquistão e a guerra sino-indiana representaram um ponto de inflexão na política externa indiana. A Índia teve sua segurança nacional ameaçada. Mencionados eventos tiveram importantes conseqüências, principalmente para a decisão de manter um equilíbrio entre objetivos e meios.

2.4 A estratégia para fortalecer a Independência

Uma melhor compreensão das posições de Nehru pode ser obtida pelo exame do que se define como *Grand Strategy*.

[...] o conjunto total de políticas domésticas e internacionais designadas para aumentar o poder e a segurança nacionais. A Grande Estratégia pode incluir políticas que variam desde custos militares a alianças de segurança até políticas menos freqüentemente discutidas, tais como investimentos futuros em industrialização doméstica e ajuda estrangeira a nações com preocupações similares em segurança.¹⁵

Nehru considerava vital, no longo prazo, desenvolver capacidades econômicas que suprissem as necessidades para garantir a segurança e o poder nacional. Sua grande estratégia visava este fim mediante planejamento e a ênfase na auto-suficiência econômica. Neste caso, o objetivo fundamental não era elevar os padrões de vida, mas assegurar a independência política da Índia e uma política externa autônoma. A intenção era criar uma economia auto-suficiente com siderurgia e metalurgia plenas, capaz de produzir bens de capital, e com ênfase no desenvolvimento dos setores estratégicos. A estratégia para indústria pesada tinha suas raízes na ampla visão de Nehru sobre o funcionamento do sistema internacional, o

qual não poderia ser mudado pela ação dos Estados, embora somente eles pudessem fazê-lo funcionar.

Durante o período de Nehru, a política de ciência e tecnologia foi muito ambiciosa. Ela visava prioritariamente a independência nacional e compreendia vários aspectos. Primeiramente, havia uma estratégia de maciça importação de tecnologia estrangeira para construção sob licença e/ou colaboração, de modo a ganhar um precioso tempo. Em segundo lugar, houve a criação de instituições para pesquisa e desenvolvimento em áreas específicas, em que a geração de tecnologia nacional era considerada essencial, como os setores de alta tecnologia e de tecnologias sensíveis, especialmente de energia nuclear, de defesa e de equipamentos correlatos. Estas eram áreas nas quais outros países não permitiriam exportações ou as fariam em condições que comprometeriam a soberania da Índia, que deveria estar em condições de conduzir suas próprias pesquisas e desenvolvimento. Era necessário, portanto, criar uma estrutura de qualidade para laboratórios de ciência no setor público. Por último, foram feitos grandes investimentos em educação para qualificação de mão-de-obra especializada na condução das pesquisas.

Houve um aumento de gastos para implementar a política de C&T (Ciência e Tecnologia) e o principal beneficiário foi o *Department of Atomic Energy* com 33% do total destinado para todas as agências. Somados, ao fim da era Nehru, a Defesa e o setor nuclear representavam aproximadamente a metade de todos os gastos em pesquisa e desenvolvimento.

Segundo Nehru:

“Todavia, há uma importância especial para a Ciência em um país que não é para ser totalmente dependente de outros países e que tem de construir alguma capacidade de auto-crescimento, auto-independência. Eu acredito que nós estamos desenvolvendo isso, neste país. Nós temos que desenvolver esse espírito em outros caminhos também, na indústria e na tecnologia, a fim de que não sejamos meramente dependentes dos outros.”¹⁶

Finalmente, devemos ressaltar um aspecto genuinamente inovador da estratégia indiana e único entre os países em desenvolvimento: a aquisição de meios com potencial para emprego em defesa que amortizavam seu custo mediante uso em fins civis. Foi assim com o programa nuclear e, mais tarde, com a pesquisa espacial.

3 A POLÍTICA NUCLEAR INDIANA

3.1 A formação de um Estado nuclear dentro do Estado: 1948

O mais proeminente defensor do programa nuclear indiano foi Homi Bhabha. De origem abastada, doutorou-se em Física por Cambridge, no ano de 1935, e durante a Segunda Guerra Mundial lecionou no *Indian Institute of Science* em Bangalore.

Em 1944, Bhabha escreveu uma carta a sir Dorabji Tata Trust, e obteve recursos para criar o *Tata Institute of Fundamental Research*, aberto em 1945. Bhabha assim definiu os objetivos do seu projeto:

[...] para erguer no curso do tempo uma Escola de Física comparável às melhores do mundo. É absolutamente do interesse da Índia possuir uma escola vigorosa de pesquisa em física fundamental, uma escola como essa consiste no carro chefe da pesquisa, não só nos domínios menos avançados da física, mas também nos problemas de aplicação imediata e prática na indústria. Se muito da pesquisa aplicada que é realizada hoje na Índia é frustrante e de qualidade muito inferior, isso está diretamente ligado à ausência de um número suficiente de pesquisadores renomados que pudessem conduzir os níveis de uma boa pesquisa. Além do mais, quando a energia nuclear tiver sido satisfatoriamente utilizada para produção de energia, digamos dentro de algumas décadas, a Índia não mais terá de buscar por especialistas lá fora, mas os encontrará já prontos em casa.¹⁷

Em 1948, perante a Assembléia Constituinte, o primeiro ministro Nehru propôs o *Atomic Energy Act*, criando a *Atomic Energy Commission* (AEC) e estabelecendo a estrutura legal para sua operação. Instituída em agosto, esta comissão esta-

va sob supervisão direta de Nehru, mas na prática era conduzida por Bhabha que sempre defendeu que a AEC deveria operar de modo independente, sem qualquer controle governamental. Nos debates na Assembléia ficou evidente a ambigüidade do programa nuclear indiano. Houve um emblemático debate entre Nehru e Krishnamurthy Rao, o único crítico da lei: questionado sobre o sigilo ser restrito na Grã-Bretanha apenas para projetos com fins militares, Nehru respondeu não saber como distinguir entre fins pacíficos e militares. O projeto passou com pequenas emendas. Embora Nehru assegurasse as intenções pacíficas, reconhecia o potencial militar do novo projeto conduzido por Bhabha.

Este é o ponto que eu desejaria que esta Casa considerasse, se nós desejamos aparecer ao mundo como uma nação que está à frente das coisas, nós devemos desenvolver a energia atômica independente da Guerra. De fato, penso que devemos desenvolvê-la para propósitos pacíficos [...] É claro, se nós formos compelidos como nação a utilizar para outros fins, provavelmente nenhum sentimento piedoso de qualquer um de nós impedir-nos-á de utilizá-la em tal direção. Mas espero que nossa opinião a respeito da energia atômica seja a pacífica no desenvolvimento da vida e da felicidade humanas e não a da guerra e a do ódio.¹⁸

Conforme mostram os fatos, o programa nuclear não foi prejudicado com a falta de verbas, que aumentaram na taxa de 30% por ano, na primeira década, e 15%, na segunda.

3.2 Relações nucleares com os Estados Unidos

Desde o início do programa nuclear indiano houve uma fricção com o esforço internacional liderado pelos Estados Unidos para controlar a tecnologia e materiais nucleares. O Plano Baruch, de 1946, foi interpretado pela Índia como uma estratégia colonial dos Estados Unidos.

Em 8 de dezembro de 1953, o presidente Eisenhower lançou perante a Assembléia Geral da ONU o Programa Átomos para a Paz.

Em 10 de maio de 1954, perante o Lok Sabha,¹⁹ Nehru fez um vigoroso pronunciamento no qual expressava total reação à proposta norte-americana. Neste discurso, Nehru afirmou no qual imperativo controlar e, eventualmente, eliminar armas nucleares, mas reconhecia a impossibilidade real disto, não vendo na ONU capacidade para realizar este controle e, além disto, um controle internacional lembrava os tempos do colonialismo. Nehru tomava a defesa dos países que necessitavam aumentar a produção de energia elétrica para impulsionar seu desenvolvimento. Essa era uma época em que a energia nuclear era considerada como uma alternativa viável, barata e quase inesgotável. Nehru argumentava que um controle internacional era inaceitável e duvidava de que uma agência internacional fosse capaz de escapar ao controle das grandes potências. Em sua conclusão, segundo afirmava, a Índia deveria se concentrar no desenvolvimento da ciência e da indústria nuclear e o Parlamento indiano deveria apoiar os planos para a expansão das atividades ligadas à energia nuclear.

Nos EUA, um debate intragovernamental estava ocorrendo a respeito dos propósitos da criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). A questão central era: dever-se-ia evitar o desvio de programas nucleares pacíficos para fins militares ou impedir que novos países desenvolvessem a capacidade de produzir armas nucleares? Em meados dos anos 1950, as preocupações com um estrito controle de não-proliferação foram superadas pela necessidade de expandir o mercado para a tecnologia nuclear, preservar a capacidade norte-americana de expandir seu próprio arsenal e resistir às pressões para um desarmamento nuclear. A *U. S. Atomic Energy Commission* argumentava que países com um incipiente programa nuclear, como a França, poderiam rejeitar uma abordagem muito restritiva e que um controle rigoroso de modo a prevenir qualquer desenvolvimento de armas nucleares poderia provocar demandas de inspeções recíprocas nos EUA. Esta abordagem recebeu

apoio do Pentágono e o secretário de Estado, Dulles, em fevereiro de 1956, afirmou: “Seria difícil para as nações renunciarem permanentemente a seu direito de fabricar armas nucleares enquanto os EUA, a URSS e o Reino Unido continuarem a fazê-las.”²⁰

Com uma política de efetiva cooperação nuclear para fins pacíficos prevalecendo sobre uma estrita não-proliferação, Estados Unidos, Reino Unido e Canadá contribuíram significativamente para o desenvolvimento do talento, da determinação e da tecnologia nuclear indiana. Em 1955, os EUA começaram a treinar cientistas e engenheiros estrangeiros e começaram a desclassificar relatórios e documentos sobre métodos de reprocessamento de plutônio. Especialistas nucleares indianos tiveram acesso à vasta literatura técnica que foi disponibilizada para pesquisa sobre projetos e operações nucleares. Entre 1955 e 1974, a Índia enviou 1.104 cientistas e engenheiros para o *Argonne Laboratory School of Nuclear Science and Engineering*, em Illinois.

Posteriormente, quando os Estados Unidos e outros países decidiram que a prevenção da proliferação nuclear era uma alta prioridade, a Índia já possuía a capacidade de produzir armas nucleares.

3.3 A cooperação externa: 1949-1955

A cooperação externa teve importância vital para o desenvolvimento nuclear da Índia, e a AEC promoveu um intercâmbio de alto nível com cientistas e instituições estrangeiras. Este intercâmbio seguia como objetivo o acesso à tecnologia necessária para construir uma indústria nuclear. A posição oficial do governo indiano era a de que sua política nuclear tinha apenas propósitos pacíficos, sem fins militares. Esta posição permitiu o crescimento de um apoio interno à política externa e renovava a confiança dos governos estrangeiros sobre o uso da assistência técnica especializada que estava sendo fornecida.

Em 1952, os planos para aplicação da energia nuclear começaram a tomar uma forma mais estruturada. O governo aumentara as responsabilidades da AEC, anunciando seus planos para os quatro anos seguintes: construir um reator médio; ampliar a prospecção de minerais nucleares; criar uma divisão médica e de saúde na comissão; construir uma fábrica piloto para extração de urânio de refugo de cobre e minérios com baixo teor deste elemento, uma fábrica para o processamento de resíduos de tório e de urânio e uma fábrica para o beneficiamento do urânio.

À época, estava além da capacidade indiana a construção de um reator nuclear. Provavelmente, decorreriam duas décadas até que os indianos dominassem toda a tecnologia exigida para projetar e construir um reator nuclear. Porém havia certo número de nações com capacidade e que poderiam ter interesse em partilhar sua tecnologia com a Índia. Esta perspectiva pragmática contrastava com a postura de autoconfiança que caracterizava o Estado e as elites indianas, mas sua utilidade era evidente. Era possível pular etapas e, em face das restrições do *Atomic Energy Act*, apresentar ao público interno o reator negociado como um projeto nacional.

Em 1955, sir John Cockroft, físico e diretor do *UK Atomic Energy Research Establishment*, ofereceu a construção de um reator de pesquisa, do tipo piscina, utilizando como combustível o U-235 que seria fornecido pelos britânicos. Bhabha imediatamente aceitou a oferta e respondeu:

Nós consideraremos essa possibilidade com muita satisfação[...] Eu gostaria de saber quanto urânio enriquecido seria necessário para torná-lo viável, os termos e as condições, incluindo cronograma com o tempo previsto para a execução. A questão do tempo é um elemento muito importante, porque queremos empreender tal projeto, se for possível tê-lo em um curto período. Então nós teríamos algo a trabalhar, enquanto nossos outros planos amadurecem.²¹

Os detalhes do acordo foram concluídos em cinco meses com a promessa de que a AEC veria de modo muito favorável a

compra, em um futuro próximo, de um reator britânico. Denominado Apsara, o reator de pesquisa tornou-se crítico em agosto de 1956 e foi apresentado na mídia indiana como um reator construído pela Índia, com engenhosidade e *expertise* locais. Os ingleses prometeram também um segundo reator – Zerlina, – de energia zero, para ser utilizado no desenvolvimento de projetos de reatores.

Ao lançar, em 1953, o Programa Átomos para a Paz, os EUA propuseram a realização de uma conferência internacional sobre a utilização pacífica da energia nuclear. A neutra Genebra foi escolhida para o local da reunião e seu presidente, Homi Bhabha, vinha de um país não-alinhado. O evento contribuiu para divulgar inúmeras informações fundamentais ao desenvolvimento da produção de energia nuclear.

O Canadá aproveitou a ocasião para entrar no mercado nuclear internacional. Alguns meses antes da conferência, os canadenses decidiram que a maneira mais apropriada para fazer da conferência um evento que fosse além da retórica e das trocas científicas seria oferecer à Índia um dos seus reatores de pesquisa NRX. Na época o ministro das Relações Exteriores do Canadá acreditava que a publicidade deste gesto na Conferência de Genebra ajudaria a abrir o mercado internacional de energia atômica; um mercado que o país se considerava bem posicionado para explorar.²² O interesse do Canadá era tanto que, quando se levantou a questão do destino do plutônio produzido pelo reator, o subsecretário do ministro das Relações Exteriores do Canadá, Jules Leger, afirmou: “Presumivelmente, isso [problema] poderia ser superado, especialmente se considerarmos que, de uma forma ou de outra, um país como a Índia terá o reator de algum jeito (amigável ou diferentemente) e produzirá esse material.”²³

Nesta conferência, W. B. Lewis, vice-presidente do *Atomic Energy of Canada Limited*, convenceu Bhabha de que a oferta canadense era a melhor e que o 40MW NRX era plenamente

adequado para os propósitos indianos. Em setembro de 1955, o acordo foi assinado. O reator CIRUS (*Canadian-Indian Reactor, U.S.*) começou a ser construído em fins de 1956, tornando-se crítico em julho de 1960 e, em outubro de 1963, estava operando de forma plena.

A Índia, que alegava existirem outras opções, foi intransigente na demanda de que o produto dos reatores, fosse eletricidade ou subprodutos materiais, deveria lhe pertencer inteiramente. Isto explica a pressa dos indianos em produzir o mais rapidamente possível as varetas que conteriam o combustível nuclear utilizado no reator, reforçando a argumentação sobre a posse do plutônio que ali seria produzido, já que alguns dos *inputs* seriam de origem nacional. Conforme os negociadores decidiram, o acordo deveria silenciar a respeito das cláusulas de combustível para evitar a criação de um precedente. Contudo as mínimas restrições existentes não foram formalizadas no tratado oficial, mas em um anexo secreto. Os indianos conseguiram que as salvaguardas para monitoramento dos registros de combustível e de seus estoques não fossem escritas no acordo tornado público. Em consonância com seu projeto, o CIRUS era capaz não só de produzir grande quantidade de plutônio, como também de retirá-lo sem que houvesse a necessidade de desligá-lo. Porém, para a produção do Pu-239, o isótopo utilizado na produção de armas, era preciso que este fosse retirado com certa frequência, pois a demora acarreta a produção do Pu-240 e do Pu-242, indesejáveis para fins bélicos. Neste sentido, a posse indiana sobre os subprodutos do reator permitia a retirada do Pu-239, com a frequência necessária e sem despertar suspeitas sobre as finalidades a que se destinava.

3.4 Expansão dos planos nucleares indianos e resistência aos controles internacionais: 1954-1958

Na Conferência sobre o Desenvolvimento da Energia Atômica com Fins Pacíficos, em Delhi, em novembro de 1954, Bha-

bha anunciou os planos para o desenvolvimento nuclear indiano. O programa que foi formalmente adotado pelo governo indiano em 1958 era composto de três estágios. Inicialmente, previa a construção de um reator de urânio natural (com tecnologia do Canadá) para produção de energia nuclear para geração de energia elétrica. Este reator teria como subproduto o plutônio. A segunda fase estabelecia a meta de construir reatores para usar o plutônio reciclado com tório (minério que a Índia possuía em abundância), tendo como subproduto o urânio-233. Este era um elemento-chave para o terceiro estágio, no qual a Índia pretendia construir um reator de reprocessamento, cujo combustível seria composto de urânio-233 e tório. A queima deste combustível poderia produzir mais urânio-233 do que o que seria consumido na fissão. Assim, em virtude das abundantes reservas indianas de tório, um ilimitado suprimento de combustível seria criado.

A defesa de Bhabha pela energia nuclear estava fundamentada em dois pressupostos. O primeiro estabelecia uma relação de causalidade entre consumo nacional de energia elétrica *per capita* e seu nível de desenvolvimento econômico assim como um rápido aumento da produção de energia elétrica levaria a um rápido desenvolvimento econômico. O outro afirmava que os recursos hidrelétricos e de combustíveis convencionais indianos eram insuficientes para permitir se alcançar um padrão de vida semelhante ao dos Estados Unidos. Por essas razões, Bhabha argumentava que a energia nuclear era a única chance para elevar o padrão de vida da população indiana e assegurava que era possível obter eletricidade de usinas nucleares a custos competitivos com a energia derivada de fontes convencionais, especialmente o carvão. A partir de análises não detalhadas, afirmava ser possível construir as usinas necessárias a um custo inferior ao das que estavam sendo projetadas e construídas no Reino Unido.

Para Bhabha, o plutônio era a questão central. Ele o via

como a alternativa necessária para a escassez indiana de reservas de urânio. Mencionado elemento seria produzido em um primeiro estágio do programa para ser então utilizado como combustível no segundo estágio, resultando na produção do U-233, o que proveria uma inesgotável fonte de combustível para os reatores regeneradores do terceiro estágio. Para iniciar o programa, a Índia deveria dominar a tecnologia de reatores nucleares.

Os ambiciosos planos nucleares da Índia colidiam com o esforço internacional liderado pelos Estados Unidos de estabelecer estreitas salvaguardas para a aquisição e o uso de combustíveis e de outras tecnologias sensíveis no campo nuclear. Bhabha desempenhou papel decisivo no bem-sucedido esforço indiano de enfraquecer o âmbito das salvaguardas. Em setembro de 1956, durante os debates para aprovação dos estatutos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) declarou: “Nós consideramos como inalienável o direito dos Estados de produzir e de dispor do material físsil para programas pacíficos de energia”.²⁴ A proposta de Bhabha venceu. O estatuto final da AIEA garantia aos projetos com ajuda da agência que os materiais sensíveis produzidos poderiam ser armazenados nos próprios países, com o compromisso de não serem desviados para uso militar, o que seria considerado uma violação do acordo das salvaguardas. Segundo Bhabha, o estatuto revisto garantia que o material físsil:

[...] produzido em projetos com colaboração da Agência em um país deveriam estar à disposição para o país, o qual teria o direito de decidir se desejava ir adiante com um uso específico do material físsil ou não [...] Dessa forma, nós garantimos que não seriam dados poderes à Agência com os quais ela pudesse interferir no desenvolvimento econômico e na vida econômica dos Estados envolvidos.²⁵

Em 1958, enquanto o reator CIRUS estava sendo construído, Bhabha decidiu construir em Trombay uma instalação para extrair o plutônio do elemento combustível utilizado no reator.

A edificação desta fábrica, determinada Phoenix, começou em 1961 e se baseava na técnica de reprocessamento chamada Purex (plutonium-uranium extraction) que foi desenvolvida pelos Estados Unidos e disponibilizada internacionalmente pelo Programa Átomos para a Paz. Uma firma norte-americana, Vitro, foi contratada para realizar o projeto da fábrica. Subseqüentemente, engenheiros indianos fizeram modificações no projeto inicial. Essa fábrica, que estaria pronta em junho de 1964, tinha capacidade para absorver 30 toneladas métricas de combustível irradiado por ano.

Em 1964, finalmente Phoenix e CIRUS proveriam a Índia de plutônio com a devida qualidade para a fabricação de um explosivo nuclear.

3.5 A ambigüidade das intenções indianas: 1957-1960

Uma explicação para o não questionamento internacional da política de Bhabha, em relação ao plutônio, estaria no propósito pacífico arduamente defendido por Nehru. Este manifestava seu horror às armas nucleares e à dinâmica internacional que alimentava a corrida armamentista, esperando, portanto, que a Índia não fosse levada a construir armas nucleares. Até o fim dos anos 1950, Nehru, graças a seu prestígio, carisma e poder político, podia falar pela Índia. Assim, os observadores associavam Nehru à Índia quando este declarou, em 20 de janeiro de 1957: "Quaisquer que sejam as circunstâncias, nós jamais usaríamos essa energia atômica para fins maléficos".²⁶ Em 24 de julho de 1957, Nehru, ao se dirigir ao Lok Shaba para relatar os planos do Departamento de Energia Atômica, declarou: "[...] permanece o fato de que se alguém tem os materiais físséis e se alguém tem os recursos, então, alguém pode fazer a bomba, a menos que o mundo seja esperado o bastante para tomar alguma medida que pare a produção de tais bombas."²⁷

Numerosas afirmações de Nehru a respeito do programa

nuclear poderiam ser interpretadas como um inequívoco compromisso em não desenvolver armas nucleares. Na verdade, desde 1955, Bhabha e Nehru, direta ou indiretamente, invocaram a capacidade e a possível intenção de construir explosivos nucleares e numerosas declarações confirmam a percepção de ambos sobre o valor da opção de poder construir e de possuir armas nucleares. Em 1955, de acordo com o cientista nuclear francês, Bertrand Goldschmidt, Bhabha sugeriu a Nehru que a Índia fizesse uma unilateral renúncia pública à “bomba”, mas Nehru respondeu que “eles deveriam discutir isso novamente no dia em que a Índia estiver pronta para produzi-la”.²⁸ Em janeiro de 1958, Nehru explicava como a Índia lidaria com a possibilidade do posicionamento de armas nucleares no Paquistão ou em qualquer outro país da Ásia:

Nós possuímos o conhecimento técnico para produzir a bomba atômica. Nós podemos fazê-la em três ou quatro anos, se desviarmos os recursos suficientes para este fim. Mas, nós asseguramos ao mundo que jamais o faríamos. Nós nunca usaríamos nosso conhecimento da ciência nuclear para propósitos de guerra.²⁹

Se as alusões públicas de Nehru e Bhabha sobre a capacidade de produzir armas nucleares eram reservadas e reticentes, ambos expressaram uma clara ambivalência durante conversa com o general Kenneth D. Nichols. Ele era presidente do conselho de administração da *Westinghouse International Atomic Power Company*, com sede em Genebra,³⁰ e pretendia persuadir o governo indiano de que os reatores de água leve norte-americanos eram superiores aos ingleses, refrigerados a gás. Em um encontro com Nehru e Bhabha, Nichols procurou explicar as vantagens do projeto da Westinghouse e, após quarenta e cinco minutos de explanação, Nehru disse a Bhabha que os reatores norte-americanos deveriam ser incluídos na concorrência que escolheria o projeto vencedor. Nichols lembra que em dado momento do encontro Nehru virou-se para Bhabha e perguntou:

Você pode desenvolver uma bomba atômica? Bhabha assegurou a ele que poderia e, em resposta à próxima pergunta de Nehru, sobre tempo, estimou que precisaria algo em torno de um ano. Eu estava realmente atônito em ouvir essas questões de um dos homens que eu acreditava ser um dos mais amáveis líderes pacíficos do mundo. Ele então me perguntou se eu concordava com Bhabha e eu respondi que não conhecia nenhuma razão pela qual ele não pudesse. Ele tinha homens tão qualificados ou mais qualificados que nossos jovens cientistas eram quinze anos antes. Ele concluiu dizendo a Bhabha: “Bom, não faça até eu lhe mandar fazer”.³¹

3.6 A implantação do programa nuclear: 1960-1962

Durante o período 1960-1962, a dualidade do programa indiano, associada à contribuição do capital e da tecnologia estrangeira, prevaleceu. Em agosto de 1960, Nehru anunciou no Lok Sabha que a Índia iria construir sua primeira usina para produzir energia nuclear destinada à geração de energia elétrica em Tarapur e que a construção da fábrica de separação de plutônio prosseguia em Trombay. Essa usina foi financiada e suprida pelos Estados Unidos, sob regime de salvaguardas. No Canadá, Bhabha assinou um acordo para a construção de uma usina de urânio natural em Rajasthan, a RAPS-I (*Rajasthan Power Station, Unit I*), também sob regime de salvaguardas.

Em 1961, Bhabha teve de enfrentar, pela primeira vez, críticas na imprensa aos gastos e às perspectivas extremamente otimistas das seus planos. Na ocasião, Nehru e Bhabha, de forma sutil e indireta, invocaram o potencial dissuasivo do programa nuclear. Em 9 de janeiro de 1961, no *National Development Council*, Nehru afirmou: “Nós estamos nos aproximando de um estágio em que nos é possível fabricar armas atômicas”.³² Cinco dias após, anunciou que o terceiro reator de pesquisa – Zerlina – havia se tornado crítico e que se a Índia quisesse, poderia, no prazo de dois ou três anos, fabricar armas nucleares, completando que “absolutamente, sob nenhuma circunstância, nós faríamos isso”.³³

Em setembro de 1962, uma revisão no *Atomic Energy Act* aumentou o nível de sigilo e de controle governamental sobre todas as atividades relacionadas com a energia nuclear. Para

Abraham, somente questões ligadas à segurança nacional poderiam justificar o grau de centralização e controle estabelecido pelo texto da lei, de modo a limitar a disseminação de informação sobre as atividades nucleares da Índia. Este texto estabeleceu pela primeira vez, do ponto de vista legal, uma relação direta entre os interesses do Estado e a segurança nacional. A Índia estava abandonando seus escrúpulos a respeito das armas nucleares e começando a agir como todos os demais *nuclear states*.

A posição indiana era condenar moralmente a existência de armas nucleares e de sua proliferação vertical pelas grandes potências. Caso o apelo ao desarmamento falhasse, a Índia passaria a ter o argumento fundamental para desenvolver sua própria capacidade nuclear.

3.7 O impacto da China e as pressões pela opção nuclear: 1962-1964

As primeiras demandas por armas nucleares na Índia surgiram neste período. Até então, a política do governo expressa publicamente era rejeitar a opção militar e encorajar o uso civil com propósitos pacíficos. Até 1962, essa política teve apoio generalizado, mas, dessa data em diante, o consenso se rompeu.

A derrota militar de 1962 e os rumores, em 1963, de um iminente teste nuclear chinês desencadearam no Lok Sabha os primeiros debates a respeito da construção de armas nucleares pela Índia. Após o teste de outubro de 1964, as demandas aumentaram e se tornaram difíceis de controlar. Membros do Partido do Congresso tornaram-se favoráveis ao desenvolvimento de armas nucleares.

Para Bhatia, isto era compreensível, já que após a derrota de 1962 e a recusa pelo governo em desenvolver armas nucleares, o partido adquiriu a reputação de ser incapaz de enfrentar as necessidades de segurança do país. Outra perspectiva ana-

lítica que surgiu entre os membros do partido era a de que, se a Índia não desenvolvesse um arsenal nuclear, concederia à China o papel de liderança política no sul e sudeste da Ásia. Nesse período, registrou-se um acalorado debate no seio do Partido do Congresso. Três benefícios eram vistos como resultantes da posse de armas nucleares: o fortalecimento da defesa contra a China, a valorização do moral nacional e a restauração da liderança indiana no sul da Ásia.³⁴ Ao longo dos meses de novembro e dezembro de 1964, aconteceram importantes debates no Lok Sabha sobre a questão nuclear. O Partido do Congresso e o Swatantra se mostravam divididos; o Jan Sangh e o Praja defendiam a nuclearização do país, o Partido Comunista era contrário.³⁵

Durante os debates, uma afirmação recorrente era a de que seria fácil e barato construir armas nucleares na Índia e os parlamentares se baseavam em duas afirmações feitas por Bhabha. No dia 16 de outubro de 1964, em Londres, Bhabha, em uma entrevista com a imprensa, após o teste chinês, afirmou que os cientistas indianos poderiam construir uma bomba em dezoito meses, se assim o governo desejasse. Em 24 de outubro, Bhabha, falando em uma rede de rádio sobre a questão do desarmamento nuclear, disse o seguinte:

Uma explosão de dez kilotons, i.e., o equivalente a 10,000 toneladas de TNT, custaria \$350,000 [...] – essa é uma explosão da mesma ordem de magnitude da bomba de Hiroshima – enquanto uma explosão de dois megatons, i.e., uma equivalente a dois milhões de toneladas de TNT custaria \$600.000.[...] Essas despesas são pequenas se comparadas com os gastos militares de vários países. Nós devemos, portanto, também lidar com a expectativa de que haverá um número de países possuindo armas nucleares dentro dos próximos cinco ou dez anos, a menos que alguns importantes e tangíveis passos em direção ao desarmamento sejam dados.³⁶

Na tensa atmosfera política de Nova Delhi, essas declarações proveram aos defensores das armas nucleares a munição necessária para seus argumentos.

Inicialmente, a posição do governo em face das demandas pela nuclearização, após a realização do teste chinês, foi a de reafirmar seu compromisso com o uso pacífico da energia nuclear e com o desarmamento nuclear. Entretanto, a partir de 27 de novembro, notou-se uma mudança na posição do novo primeiro ministro Shastri (Nehru morrera em maio de 1964). Nesse dia, em um debate no Lok Sabha, Shastri afirmou que era contra o desenvolvimento de armas nucleares, mas favorável ao desenvolvimento de uma ciência nuclear com propósitos pacíficos. Ele se posicionou a favor do desenvolvimento de explosivos nucleares a serem utilizados na abertura de túneis, canais, remoção de montanhas e atividades afins. Essa foi a primeira vez que o governo indiano publicamente aventou a possibilidade de desenvolver explosivos nucleares para uso industrial. A tecnologia requerida para tais explosivos é muito semelhante à necessária para as armas nucleares.³⁷

Em 8 de janeiro de 1965, na Conferência Anual do Partido do Congresso, em Durgapur, aconteceu uma mudança de abordagem do governo indiano. Em seu discurso, Shastri afirmou: “Eu nada posso dizer a respeito do futuro, mas nossa presente política é não produzir a bomba atômica, e sim desenvolver energia nuclear para fins construtivos.”³⁸

Segundo Bhatia, Shastri, ao sugerir que os cientistas indianos poderiam desenvolver PNEs (*peaceful nuclear explosions*), expressava sua disposição em permitir o desenvolvimento da tecnologia nuclear até o ponto em que, se necessário, os cientistas estariam capacitados a produzir armas nucleares em pouco tempo. A mudança na postura de Shastri poderia ser entendida como uma adequação moderada às pressões políticas por armas nucleares. Embora a representação política do Partido do Congresso no Parlamento fosse suficiente para resistir a estas pressões, muitas delas vinham do próprio seio do partido, principalmente das suas fileiras parlamentares. Daí a urgência sentida pelo governo em mudar sua abordagem so-

bre a questão. Várias petições de membros do partido foram encaminhadas ao Primeiro Ministro, defendendo o desenvolvimento de armas nucleares. Essas petições estavam fundamentadas em variações de dois temas básicos, a saber: a necessidade de defesa e a de aumentar o prestígio internacional do país. Nenhuma das petições mencionava a necessidade de recuperar o prestígio do partido que tinha sido severamente abalado nos últimos anos, mas havia a óbvia sensação de que algo deveria ser feito com vistas às eleições gerais, previstas para 1967. Evidências de declínio eleitoral do partido do Congresso já eram claras desde 1963, quando, por três vezes sucessivas, o partido foi derrotado em eleições suplementares. No mesmo ano, a perda do prestígio pessoal de Nehru foi sentida quando, pela primeira vez, uma coalizão de partidos políticos de oposição encaminhou uma moção de desconfiança ao governo.

3.8 Os fatores restritivos à nuclearização: 1964

A disposição de Shastri para considerar o desenvolvimento de explosivos nucleares poderia representar um fim no espectro de possibilidades nucleares, como poderia também significar a possível decisão de iniciar rapidamente um programa de construção, de trinta a cinquenta ogivas de plutônio, contra uma China hostil e nuclear.

Um programa de armas nucleares requeria dois processos tecnológicos: o desenvolvimento de ogivas e o desenvolvimento de veículos adequados para o lançamento destas. Os bombardeiros de médio alcance Camberra eram capazes de atingir o Paquistão, mas não alcançariam alvos além de mil milhas de distância, e poucos alvos industriais ou civis na China estavam aquém dessa distância. Qualquer plano militar de desenvolvimento nuclear teria de desenvolver meios para superar essas distâncias e atingir os principais alvos na China. Enquanto isso, os bombardeiros chineses situados no Tibete meridional eram capazes de atingir um amplo raio de alvos na Índia.

Em 1964, os cientistas indianos, teoricamente, possuíam os materiais e a capacidade para o desenvolvimento de explosivos nucleares, mas o plutônio disponível e as possibilidades de obtê-lo eram insuficientes para a produção, até 1970, de 15 a 25 ogivas. Não havia, na época, qualquer possibilidade para implantar uma usina de enriquecimento de urânio, nem a possibilidade imediata, ou mesmo de médio prazo, para obtenção de veículos de longa distância capazes de lançar uma ogiva nuclear. Sob o ponto de vista da defesa, a utilização da energia nuclear para a produção de ogivas nucleares não daria frutos, ainda por muito tempo.

Outro aspecto a considerar era a questão dos custos para a construção das ogivas e de sistemas de lançadores. Um estudo da ONU, citado pelo *Institute for Defense Studies and Analyses, de Nova Delhi*, estimava que uma força de trinta a cinquenta bombardeiros a jato, cinquenta mísseis de médio alcance e cem ogivas de plutônio custariam, no mínimo, um bilhão e setecentos milhões de dólares, se gastos ao longo de um período de dez anos.³⁹ Esse era um custo muito elevado para um país pobre como a Índia.

Dois outros fatores impediriam Shastri de envolver a Índia em um programa de armas nucleares, mesmo que fosse de longo prazo: o comprometimento das relações entre a Índia e os países do bloco afro-asiático e a depreciação da confiança na política externa indiana.⁴⁰

O governo da Índia tinha de considerar como uma decisão a favor das armas nucleares afetaria a estabilidade regional e internacional. Era extremamente provável que o Paquistão desse início a um programa de armas nucleares ou, no mínimo, reforçasse enormemente seu arsenal convencional. Uma corrida armamentista no subcontinente promoveria uma instabilidade política e militar na região.

Finalmente, havia indícios de que em 1964 - 1965 tanto os norte-americanos como os soviéticos desencorajariam qual-

quer tentativa indiana de implementar um programa de armas nucleares.⁴¹ Nessa época, as negociações para um tratado de não-proliferação nuclear estavam sendo iniciadas com o aval das duas superpotências. Havia, portanto, o perigo de que ambas pudessem reduzir a ajuda econômica ou impor sanções econômicas. Shastri estava consciente das preocupações das superpotências com a possibilidade de um programa nuclear para a produção de armas na Índia. No Lok Sabha, em 14 de dezembro de 1964, indagado pelo dr. Sarojni Mahishi se o Reino Unido e os Estados Unidos haviam manifestado preocupação a respeito de uma decisão indiana de não fabricar armas atômicas, Shastri respondeu: “Na realidade, é o contrário.”⁴²

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos oportuno, neste momento, abordar uma questão recorrente quando se analisa a política externa de Nehru. Trata-se de discutir se este líder tinha uma abordagem realista ou idealista das relações internacionais. Podemos considerar que, nos primeiros anos de seu longo governo, Nehru teve uma abordagem mais próxima do que se considera como idealismo. A solicitação de arbitragem da ONU, por ocasião da primeira guerra com o Paquistão, talvez seja o melhor exemplo dessa fase. Naquele momento, o domínio indiano era pleno, e toda a região de Jammu e de Caxemira poderia ficar sob domínio indiano. Contudo, antes que a ação estivesse completa, Nehru levou o problema às Nações Unidas, que intervieram a favor do Paquistão. Posteriormente, Nehru foi muito criticado por esta atitude, mas quando percebeu que a ONU era um organismo sujeito às pressões e aos interesses das grandes potências, agiu de modo realista. Ele impediu a aplicação das resoluções tomadas, manteve o domínio militar nas áreas sob controle indiano e se recusou a implementar as decisões das Nações Unidas.

A política norte-americana de conter regionalmente a Índia, mediante fortalecimento militar do Paquistão, a expansão chinesa que levou à humilhação de 1962 e à detonação nuclear de 1964 forçaram a Índia a abandonar, em parte, sua retórica pacifista e aumentar o percentual do seu PNB com gastos em defesa convencional. A crise interna gerada por estes acontecimentos pressionou o governo indiano a agir de forma mais próxima daquilo que tradicionalmente se considera como uma política realista.

Contudo as atitudes de Nehru definem sua posição de modo muito nítido. Acima de tudo, está o interesse da Índia, que deve prevalecer. Se a retórica idealista é adequada para alcançar determinados objetivos, deve ser utilizada. Na realidade, podemos interpretar a política externa de Nehru sob este prisma. Havia um projeto de nação a médio e a longo prazos e não existia recursos suficientes para financiar esse projeto. A alternativa foi, com base no *soft power*, e na diplomacia pacifista, garantir à Índia os recursos e o tempo necessário para implementar os programas de modernização do país. A postura não-alinhada foi extremamente importante para garantir que a Índia desempenhasse no futuro o papel de grande potência. Naquele momento, o alinhamento a um dos blocos fecharia as portas para este intento.

É neste sentido que interpretamos a ambigüidade do programa nuclear da Índia. A análise retrospectiva do programa nuclear indiano, durante o governo de Nehru, destaca seu caráter ambíguo. Segundo a crença da época, o domínio da tecnologia nuclear garantiria energia farta e barata para impulsionar o desenvolvimento econômico. A tecnologia desenvolvida colocaria a ciência indiana no mesmo patamar das grandes potências. Entretanto a infra-estrutura nuclear, livre de salvaguardas internacionais, possibilitaria à Índia exercer a opção militar, se as contingências da política de potências assim exigissem. A defesa intransigente da Índia para manter o controle

sobre os subprodutos das reações nucleares ocorridas no interior de seus reatores significava tanto o desejo de afirmar sua soberania perante grandes potências, algumas delas com passado imperialista, como também preservar a opção militar com a posse desses subprodutos entre os quais o Pu-239, vital à produção de armas nucleares.

Não se pode afirmar que a opção indiana por reatores de urânio natural e moderado com água pesada pudesse significar uma decisão prévia de ter acesso ao plutônio com fins militares. Os planos energéticos de Bhabha estavam baseados na utilização do tório, elemento que a Índia possuía em abundância, ao contrário do urânio, mas a tecnologia para a aplicação industrial desta alternativa ainda era puramente teórica. O outro elemento físsil utilizado em explosivos nucleares era o U-235, um isótopo extremamente raro, de difícil e dispendiosa separação do urânio natural. Nessa época, o único método comprovado para realizar a separação física era o de difusão gasosa, que necessitava de uma infra-estrutura tecnológica que a Índia estava longe de possuir. Todavia a separação química do Pu-239 do combustível irradiado do reator era um processo industrial mais simples e factível. Se a intenção de Bhabha de produzir energia a partir de usinas de urânio natural e, em seguida, usar o plutônio resultante, associado com o tório, para produção de energia em *fast breeder reactors* e gerar mais plutônio que o utilizado inicialmente era, na expressão de Perkovich, quixotesca, a utilização do plutônio extraído dos reatores de urânio natural e livre de salvaguardas internacionais era perfeitamente viável para uma opção militar, caso a Índia assim o desejasse.

Desde a independência, a Índia buscou incessantemente o acesso à tecnologia nuclear. Graças a uma postura internacionalista e explicitamente pacifista de Nehru, os indianos conseguiram obter facilidades nesta tecnologia. Tais facilidades permitiram o acesso a vasto conhecimento teórico; a capacitação

e o treinamento de milhares de técnicos e engenheiros nucleares; e, principalmente, a implantação de uma infra-estrutura industrial que possibilitou a produção de material físsil (Pu-239) e as operações de reprocessamento deste elemento, extraído das barras de combustível do reator CIRUS, fornecido pelo Canadá. O mais importante é que todas estas instalações estavam livres de qualquer controle externo, sendo possível o desvio deste material para a produção de bombas nucleares. No período de 1962 a 1964 (ano da morte de Nehru), a Índia reuniu as condições essenciais para desenvolver um programa nuclear com fins militares. Esta posição só pode ser alcançada graças à hábil política conduzida por Nehru e seu assessor imediato, Homi Bhabha. A primeira detonação nuclear indiana, ocorrida em maio de 1974, foi realizada utilizando como explosivo o plutônio extraído do reator CIRUS e reprocessado na unidade Phoenix.

A década de 1950 presenciou uma corrida por armas nucleares sem precedentes, com as potências aumentando, de forma quase frenética, seus arsenais. A disseminação do uso pacífico da energia nuclear era uma forma de amortizar os gastos feitos pelas potências capitalistas na construção do seu arsenal nuclear, desde que fosse realizado sob controle internacional. Daí resultaram tentativas de estabelecer normas de controle para disseminar o uso pacífico e impedir a proliferação da capacidade militar. Mas os interesses econômicos foram mais fortes e as preocupações com os controles sobre os materiais produzidos nos reatores permaneceram fracos.

É neste ponto que reside o legado político de Nehru e Bhabha. Movidos por um desejo genuíno de modernizar e fortalecer a Índia, eles souberam aproveitar as oportunidades da conjuntura internacional. Conseguiram prover a Índia de uma infra-estrutura nuclear que permitiu atingir, no longo prazo, a auto-suficiência tecnológica e, no médio prazo, dotaram o país da capacidade de produzir suas próprias bombas atômicas.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, I. *The making of the Indian atomic bomb*. London: Zed Books, 1998.
- ALPEROVITZ, G. *The decision to use the atomic bomb*. New York: Vintage Books, 1996.
- ATKINS, Stephen E. *Historical encyclopedia of atomic energy*. London: Greenwood Press, 2000.
- BHATIA, S. *India's nuclear bomb*. Ghaziabad: Vikas Publishing House Pvt Ltd, 1979.
- CHANDRA, B. et al.: *India's struggle for independence 1857-1947*. New Delhi: Penguin Books India, 1989.
- _____. MUKHERJEE, M.; MUKHERJEE, A. *India after independence 1947-2000*. New Delhi: Penguin Books India, 2000.
- GANGULY, S. *Conflict unending: India-Pakistan tensions since 1947*. New York: Columbia University Press, 2001.
- KAPUR, A. *India's nuclear option, atomic diplomacy and decision making*. New York: Praeger Publishers, 1976.
- _____. *Pokhran and Beyond: India's Nuclear Behaviour*. New Delhi: Oxford University Press, 2001.
- KAPUR, H. *India's foreign policy 1947-92 shadows and substance*. New Delhi: Sage Publications India Pvt Ltd, 1994.
- KUX, D. *Estranged democracies: India and United States, 1941-1991*. New Delhi: Sage Publications, 1994.
- NAYAR, B. *American geopolitics and India*. New Delhi: Manohar, 1976.
- NAYAR, B.; PAUL, T. *India in the world order: searching for major-power status*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- NEHRU, J. *India's foreign policy*. New Delhi: The Publications Division, 1961.
- _____. *The discovery of India*. New Delhi: Penguin Books India, 2004.
- MEE, Charles L. *Paz em Berlim: a Conferência de Potsdam em 1945 e seu mister de encerrar a Segunda Guerra Mundial*.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

PERKOVICH, G. *India's nuclear bomb: the impact on global proliferation*. Berkeley: University of California Press, 1999.

SARDESAI, D.; THOMAS, R. *Nuclear India in the twenty-first century*. New York: Palgrave-Macmillan, 2002.

NOTAS

¹ Mee (2007), p. 27.

² Alperovitz (1996), p. 418.

³ Nayar; Paul (2003), p.136.

⁴ Dutt apud Chandra (2000), p. 150.

⁵ Nehru apud Nayar; Paul (2003), p. 124-125.

⁶ Nehru (1961), p. 240.

⁷ Nayar; Paul, op. cit., p.134.

⁸ Nehru apud Nayar; Paul, op. cit., p. 135.

⁹ Nayar; Paul, op. cit., pp.134-135.

¹⁰ Toledano apud Nayar; Paul, op. cit., p. 146.

¹¹ Reid apud Nayar; Paul, op. cit., p. 146.

¹² Nayar; Paul, op. cit., p. 149.

¹³ Nehru apud Nayar; Paul, op. cit., p.150.

¹⁴ Hindustan Times apud Kapur (1994), p.28.

¹⁵ Christensen apud Nayar; Paul, op. cit., p. 117.

¹⁶ Nehru apud Nayar; Paul., op. cit. 155.

¹⁷ Bhatia (1979), p. 73.

¹⁸ Constituent Assembly Debates, apud Bhatia, op. cit., p. 84.

¹⁹ A Constituição indiana de 1950 estabelecia um sistema federativo com o poder dividido entre o governo central e os estados. O poder efetivo estava na câmara baixa – o Lok Sabha.

²⁰ State Department apud Perkovich, op. cit., p.30.

²¹ Apud Abraham (1998), p. 84.

²² O desenvolvimento da pesquisa nuclear no Canadá remonta à década de 1940, quando participou do esforço anglo-americano para a construção da bomba atômica. Posteriormente, os canadenses prosseguiram suas pesquisas para a construção de um reator nuclear para produção de energia elétrica e que utilizava água pesada como moderador. A característica mais importante do programa nuclear canadense é que ele foi direcionado apenas para a produção de energia elétrica e não para a construção de um arsenal nuclear. Atkins (2000), pp. 72-73.

²³ Bothwell apud Abraham, op. cit., p. 90.

²⁴ Jain apud Perkovich, op. cit., p.28.

²⁵ Jain apud Perkovich, op. cit., pp. 28-29.

²⁶ Mirchandani apud Perkovich, op. cit., p. 34.

²⁷ Lok Sabha Debates, apud Perkovich, op. cit., p. 34.

²⁸ Goldschmidt apud Perkovich, op. cit., p 35.

²⁹ Mirchandani apud Perkovich, op. cit., p. 35.

³⁰ Perkovich op. cit., p. 36.

³¹ Nichols apud Perkovich, op. cit., p 36.

³² Beaton; Maddox, apud Perkovich, op. cit., p. 38.

³³ Mirchandani apud Perkovich, op. cit., p. 38.

³⁴ Bhatia, op. cit., p. 110.

³⁵ Os cinco principais partidos políticos, no período de 1962-67, eram os seguintes: o Partido do Congresso, com 356 cadeiras; o Partido Comunista, com 28 cadeiras; o Partido Swatantra, com 18 cadeiras; o Jan Sangh, com 14 cadeiras e o Partido Socialista Praja, ocupando 12 cadeiras. As 59 cadeiras restantes estavam divididas entre os partidos regionais independentes, incluindo o Akali Dall, do Punjab e o Dravida Munetra Kazgham, de Madras. Bhatia, op. cit. p. 107.

³⁶ TIRF Collection apud Bhatia, op. cit., p. 114.

³⁷ Bhatia, op. cit., pp. 120-123.

³⁸ Hindustan Times apud Bhatia, op. cit., p. 121.

³⁹ Bhatia, op. cit., pp. 128-129.

⁴⁰ Bhatia, op. cit., p. 129.

⁴¹ Bhatia, op. cit., p. 129.

⁴² Apud Bhatia, op. cit., p. 130.
